

Possibilidades de articulação entre os conceitos de hegemonia e Lugar Prescritivo

Autores

Nome: Dr. Nadir Lara Junior

E-mail: nadirli@hotmail.com

Instituição: Professor da UNICENTRO – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Nome: Felipe Tadeu Belitz Ruiz

E-mail: ftbruíz@hotmail.com

Instituição: Mestrando em Psicologia Clínica USP

- **Introdução**

Para o presente trabalho o objetivo consiste em articular os conceitos de hegemonia de Ernesto Laclau e Chantal e Mouffe (1987) com o conceito de Lugar Prescritivo (L.P.) proposta por Lara Junior *et al* (2017), os quais apontam que o Lugar Prescritivo consiste em um determinado lugar de identificação imaginária e simbólica definido pela sociedade capitalista com a finalidade de controlar e explorar, especialmente, as minorias sociais. Portanto, dado o seu caráter opressor, o lugar prescritivo é passado de maneira naturalizada, o que legitima o ódio àqueles que não se identificam pelos mesmos significantes (instalando um cenário de tentativa de destruição do “inimigo”). Uma das possíveis funções do Lugar Prescritivo seria nomear discursivamente um inimigo e, ao delimitá-lo e impedi-lo de ser valorizado socialmente, instaura-se a fantasia de que podem ser destruídos e, assim, restituir um todo social orgânico e homogêneo, nas palavras de Glynos e Stavrakakis (2008) restituição de um passado glorioso e de pleno gozo.

Nesse sentido de articular a ideia de LP com o conceito de hegemonia lançamos uma pergunta norteadora que iremos desenvolver ao longo de nosso trabalho: Seria possível pensar que um (ou vários) LP poderia se tornar um discurso hegemônico numa sociedade capitalista? Assim, tal chave de leitura foca na forma como tais ideais de regulação social ocorrem de maneira opressora, no sentido de controlar alguns desejos singulares favorecendo assim a hegemonia visto que essa cumpre sua função de negociar discursos aparentemente contraditórios em função da manutenção de um modelo de poder.

- **Sobre discurso, fantasia e ideologia**

A proposta de Lugar Prescritivo foi e está sendo desenvolvida por Nadir Lara Junior, em conjunto com outros autores, como uma estratégia teórico-metodológica para a Análise Lacaniana de Discurso (Pavón-Cuellar; Parker etc...). Esse tipo de análise de discurso preserva as bases da psicanálise lacaniana na qual se pensa o inconsciente e suas formações dentro da perspectiva de Jacques Lacan que afirma que o inconsciente se estrutura como linguagem, bem como a articulação dos três registros de inscrição na realidade: o real, o simbólico e o imaginário (Lacan, 1998). Desta feita, Lacan cria um marco para psicanálise e a distancia de forma abissal de qualquer leitura biologicista ou essencialista de inconsciente.

Para a psicanálise lacaniana, o inconsciente é individual, próprio de cada sujeito, idiossincrático, todavia como se estrutura como linguagem, necessita da cultura e suas formações discursivas para que o sujeito se constitua como tal. Dessa forma, este sujeito é atravessado pela cultura, ao mesmo tempo em que a sustenta e promove. Dito de outro modo, o discurso tem uma forma privilegiada para que tal estruturação cultural se coloque ao sujeito, que pode, em partes, se posicionar socialmente (LACAN, 1964). Para Freud (1911), o processo de vivências na cultura supõe que cada sujeito faça uma renúncia pulsional (agressividade, sexualidade, destruição de si e dos demais) para que possa viver em sociedade. Slavoj Žižek (2010) expõe, didaticamente com relação à teoria lacaniana, que a partir da cultura, o sujeito passa a se identificar com um ideal de eu que pode prometer suplantando toda a forma de sofrimento decorrente dessa renúncia pulsional ou pode ainda convocar esse sujeito a lutar por direitos subvertendo o status quo operandi.

Para Freud (1927) as ilusões afastam as pessoas de contato direto com a realidade, passam a viver e se identificar com situações deslocadas da cultura a que estão submetidas. Assim, a ilusão permite que as pessoas não lidem com a castração e a falta. Para Freud a ilusão cumpre a função de dissuadir as pessoas de lidar com sua situação enquanto sujeitos submetidos à lei, portanto, a castração, por meio da eleição (quase delirante) de uma reatualização do Pai/Deus todo poderoso. Também figura a ilusão como um recurso quase alucinatório criado por esses sujeitos neuróticos para que realidade se parece com outra coisa, mesmo que as evidências provem o contrário.

Nesse ponto, Žižek, com seus dois importantes trabalhos (“O mais sublime dos históricos” e “Eles não sabem o que fazem”) nos mostra uma aproximação fundamental e consistente entre Jacques Lacan e Karl Marx por meio do conceito de ideologia. Žižek nos

diz que a ideologia é uma forma de fantasia que ilusiona o trabalhador e o afasta da cultura (concordando com Lacan) e de todas as intercorrências dos modos de produção capitalista. Sendo essa cultura capitalista, tem por fundamento discursos que primam pela exploração da mão de obra do trabalhador e, para tal, é muito importante que se diminua o senso crítico da sociedade. A mais-valia se sustenta pela exploração da força de trabalho e a omissão de que o patrão lucra individualmente às custas da espoliação do trabalhador.

Para tanto, o uso da violência e de todos os aparatos do Estado passam a fazer valer essa lógica política. Assim a ideologia cumprirá a função de criar, para o sujeito neurótico que compartilha uma cultura capitalista, uma fantasia que promove um distanciamento de todas as artimanhas da extração da mais valia para torna-lo dócil e comportado diante de todas as exigências ditadas por este Outro cultural (de forma naturalizada), por um mercado financeiro que tem como fundamento o acúmulo de capital às custas da vida humana e do ecossistema.

Nessa cultura capitalista, as virtudes (Aretê) tais como: respeito, verdade, justiça, sabedoria vindas desde os gregos, por meio da filosofia, são transformadas em saberes obsoletos e se introduz no espírito dessa cultura a ambição e obstinação pelo acúmulo de capital como Aretê que considera virtuosa a falta de comprometimento ético com a vida no planeta. Destruir a cidade de Mariana e Brumadinho - as pessoas, animais e o ecossistema - não resultou em absolutamente nenhuma coerção ética ou legal. Como se a Empresa Vale do Rio Doce, destruísse um vaso de barro sem valor. O ecossistema e a vida humana não são suficientes diante da ganância encarniçada dos capitalistas.

Uma parte da mídia e o Estado brasileiro se curvam diante da maior destruição ecológica provocada diretamente pelo acúmulo de capital, representada aqui pela Vale do Rio doce. Para não se darem conta da enormidade da tragédia e do tanto de pessoas e animais assassinados, *fake news*, factoides foram criados para distanciar as pessoas da própria realidade. Ao ver pela internet ou pela TV os lastros de destruição, as pessoas se perguntam pela verdade (Aleteia), como essa se torna obsoleta na sociedade capitalista, as pessoas se sentem desamparadas e desenraizadas de qualquer produção cultural capaz de oferecer um referencial que funcione de ancoragem para um debate político e, muitas vezes, nem ao menos a um questionamento, tratando os ocorridos como “tragédia ambiental”, de forma a retirar, então, o caráter criminoso dessa cena capitalista.

Dito isso, baseados na psicanálise lacaniana, podemos interpretar que esse tipo de ação capitalista de tornar Aretê e Aleteia obsoletas na cultura de um povo, não seja apenas algo social ou político e que, portanto, não influencia o sujeito. Ao contrário, esses dejetos da Empresa Vale do Rio do Doce derramadas em Mariana e Brumadinho transformam-se em discursos ideológicos e ficam disponíveis na e para cultura, na qual iremos retirar elementos para nos estruturarmos como sujeitos; o inconsciente individual irá produzir discursos e identificações com as outras pessoas e assim produzir mais cultura de dejetos, dado que a estruturação da fantasia nunca ocorre de forma completa, ou seja, apesar do sujeito se identificar e reconhecer em partes o discurso (simbólico e imaginário) vigente, sempre sobra algum resto que a fantasia tenta dar conta de tamponar.

Assim, o que percebemos é que essa produção discursiva de dejetos destrói materialmente a vida humana e o planeta e, como não produz consequências éticas, faz com que nossos maiores medos e nossos espectros possam se tornar livres e transitem pela sociedade; algo do pulsional da agressividade que sobra do discurso opera de forma cultural, sem que se possa fazer algo com isso. Assim, percebemos discursos delirantes e fantasísticos abominando figuras nomeadas como diferenças, os homossexuais, negros, mulheres, indígenas, pobres, etc... Isso que estava guardado, como espectro, nos recônditos da mente humana, encontra na cultura lugar para sua aparição legítima. Luta para se tornar política com força de lei. Poucas pessoas tratam esses discursos como espectros e, por força de ideologia, esses, para a maioria, passam a ser tratados e considerados como um discurso verdadeiro e sem danos para a vida em sociedade.

Tal modo de funcionamento é explorado por Vladimir Safatle (2018), que aborda duas possíveis formas de movimentação de um corpo político. A partir de um retorno aos aspectos sociais da teoria freudiana, o autor postula que a organização social e a Política podem ocorrer por meio de dois afetos: medo ou desamparo. O desamparo, por sua vez, é algo constituinte do sujeito e, logo, também constituinte do social, servindo a fantasia, então, como algo que permitiria tamponar tal afeto. Atualmente, podemos identificar que o controle político tem ocorrido com base em uma negação do desamparo e um privilégio do medo, que se dá com base em um movimento egóico, ou seja, a fantasia passa a ocorrer com base em uma unidade social imaginária e ideológica. Nas palavras do autor: "(...) o medo como afeto político central é indissolúvel da compreensão de indivíduo, com seus sistemas de interesse e suas fronteiras a serem continuamente defendidas, como

fundamento para processos de reconhecimentos” (2018, p. 17). Dito de outro modo, cria-se a fantasia de pertencimento e identificação que levaria a determinada adesão social.

Nesse sentido, Žižek (1992) nos diz que a aparição e endereçamento desta agressividade corrobora com o funcionamento ideológico capitalista que opera, por meio da fantasia, colocando uma determinada ordem de como as coisas devem se organizar para funcionar plenamente (o impossível social) e agrupa subjetividades que ameaçam este funcionamento, as quais passam a ser tratadas como o outro a ser destruído, no agonismo de Mouffe (1999), o inimigo. Esse funcionamento se torna algo natural, de forma que, pessoas que defendem a morte de homossexuais, possuem filhos, irmãos(ãs) e amigos(as) que são homossexuais e parece que não fazem nenhum tipo de raciocínio lógico que ligue seu filho(a) gay (lésbica) com seu ódio e destruição aos homossexuais. É o inconsciente atuando, pois que as pulsões de morte voltadas para a destruição se tornam fonte de satisfação. Um gozo pelo mórbido alimentado pela manifestação espectral. Lá onde o sujeito foi reprimido em seu ímpeto de destruição de si, dos seus iguais e do planeta falha, eis que surge o prazer mórbido ao realizar essas fantasias na cultura. Nesse sentido, a organização social com base no afeto do medo, necessariamente produz excessos, visto que sua coesão fantasística ocorre por meio de uma constante lembrança de que a qualquer momento algo de fora, ou seja, o outro ameaçador (o inimigo) pode atacar (SAFATLE, 2018). Dito isso, toda a energia dos sujeitos de uma sociedade passa a se concentrar na tentativa de identificação e reconhecimento com a fantasia ideológica vigente, no caso, a fantasia capitalista, e, quase que conseqüentemente, de combate ao que está para o lado de fora de tal unidade; em outras palavras, na tentativa de um pertencimento pleno que garanta a sensação de segurança, toda a agressividade se volta ao que supostamente é nomeado como de fora. Não é de se estranhar que, sendo tal processo totalmente constituído por meio do afeto, o raciocínio lógico fique prejudicado em prol da ideologia vigente e se privilegie o gozo total.

Para que essa lógica de gozo seja preservada e assim os modos de produção capitalistas continuem operando a pleno vapor na extração de mais-valia, o Estado e seus aparatos ideológicos e repressores (ALTHUSSER, 1970) criam estratégias materiais para isso (aumento da jornada de trabalho, perda de direito para os trabalhadores, aumento do tempo de contribuição para o INSS etc...) e também discursivas (diversas campanhas publicitárias em que demonstram que só não trabalha e enriquece quem não quer) para

que esses tipos de violência contra o trabalhador passem a ser tratadas como parte integrante da cultura, com isso as pessoas não passam a reconhecer esses tipos de violência como um espectro da mente humana se tornando parte da política com teor e força de lei.

Nesse sentido, esses tipos de violência tratadas como parte da cultura permite que os grupos minoritários sejam tomados como partes integrantes de “como as coisas são” na vida cotidiana: por exemplo, o homem é mais forte do que a mulher ou algo mais essencialista, como de que o assunto referente ao HIV/Aids refere-se apenas à população LGBT e a pessoas promiscuas. Sendo tais violências passadas de maneira sutil e naturalizada no discurso cultural vigente, muitas vezes, atrelado a outros saberes, como o moral, por exemplo, possibilita o estabelecimento de lugares prescritivos que procuram definir de onde e como essas minorias podem se expressar e assim definem como constituinte da vida cotidiana as mais diversas formas de opressão.

- **Lugar prescritivo: apresentação**

Apesar do LP ter se desenvolvido a partir de diversas leituras e trabalhos anteriores, optamos, aqui por citar e apresentar quatro artigos em que essa proposição aparece, desde sua forma mais embrionária até sua atual concepção (LARA JUNIOR *et al*, 2013, 2014, 2016 e 2017).

O primeiro desenvolvimento dessa estratégia teórico-metodológica ocorreu com o nome “Lugar Ideológico” (LARA JR. e FRAGA, 2013). O estudo ocorreu com o objetivo de analisar a maneira como a divulgação midiática da Revista Veja apresentou a questão do Movimento Sem Terra e, a partir disso, verificou quais relações com outros elementos sociais estariam ali colocadas. A partir de uma análise da capa dessa revista, foi verificado a determinação de um certo lugar de “ameaça” (p. 322) a ordem pública brasileira era atribuída aos movimentos sociais e o MST era o expoente desses movimentos e portanto precisavam ser combatidos. Nesse artigo a determinação do MST como ameaça se dava por meio da criação de diversos discursos, como foi apontado no artigo, por exemplo, o lugar de criminosos, baderneiros e corruptos, cujo único objetivo de existência fosse a deturpação de certa ordem, escondendo o objetivo de luta política desse movimento.

A partir disso e com base na evidenciação de que o meio discursivo é o “lugar específico em que podemos observar a relação entre linguagem e ideologia” (LARA JR. e

FRAGA, 2013 p. 232) podemos verificar algo embrionário da ideia de L.P. em associação com o próximo artigo desenvolvido (LARA JR. e JARDIM, 2014), que já marca mais enfaticamente sua proposta como um artefato metodológico para pesquisa qualitativa a ser associado a outros instrumentos, que se baseia em operações opressoras naturalizadas que ocorrem na esfera discursiva, levando em conta o caráter hegemônico do discurso capitalista.

Este segundo artigo teve o objetivo de elucidar a maneira como a operação discursiva na cultura promove certas posições a alguns elementos presentes na sociedade. Tal lugar, então, passa a ser referido com uma relação entre o que se chama de lugar discursivo e lugar ideológico, que cria lugares sociais. O enfoque no trabalho em questão já ocorre por meio de uma discussão teórico-epistemológica que visa o estabelecimento de um artefato metodológico para a Análise de Discurso. Podemos verificar aqui uma discussão que ocorre com base nos conceitos de ideologia e representação imaginária de Althusser, nos quatro discursos e posições subjetivas frente ao Outro de Lacan (e seguidores, como Zizek) e nos desenvolvimentos de Eni Orlandi e Tereza Brandão acerca dos lugares discursivos brasileiros.

Ainda para Lara Junior e Jardim (2014) o lugar discursivo é uma construção imaginária, simbólica e material e assim demarca e define quais as posições que determinados sujeitos (minorias) devem ocupar na sociedade. Mesmo antes de nascer uma pessoa está submetida a lugares discursivos na sociedade (gênero, classe e raça), portanto, a ideia de “lugar” posta aqui faz menção a demarcação de uma posição nas relações e essa posição nos situa no pertencimento aos diversos grupos sociais.

Consideramos que os discursos hegemônicos impõem quais lugares os sujeitos devem ocupar nessa sociedade para que assim as lógicas de dominação possam operar de maneira exitosa. Essa determinação do “lugar”, primeiramente impõem quais as posições que os sujeitos devem ocupar no laço social, conseqüentemente retira do sujeito sua margem de singularidade e liberdade para transitar nos lugares discursivos possíveis em uma determinada sociedade. Portanto, o sujeito nesse lugar imposto fica submetido à lógica opressora dos discursos hegemônicos (mestre e douto) que lhe impõem sistemas de dominação e opressão. A esse lugar imposto denominamos lugar ideológico (Lara Junior e Jardim, 2014, p. 71)

Nesse “lugar” as pessoas ficam submetidas aos discursos hegemônicos que estabelecem quais pessoas devem viver ou morrer; como devem ser tratadas. É uma forma de administrar qualquer possibilidade de “revolta” (KIST e LARA JUNIOR, 2016) para que as pessoas se submetam às normativas operantes e assim ficam despossuídos de saber e poder.

As noções desenvolvidas até então, primeiro por um viés majoritariamente político seguido de uma proposta mais sólida de instrumentação para pesquisa, apontam para algo que pode ser verificado em diversos meios sociais. Nesse sentido, o próximo artigo busca aplicar o modelo metodológico desenvolvido por Lara Junior e Jardim (2014) e tem por objetivo a “análise da construção do lugar discursivo ideológico dos sujeitos revoltados a partir do Transtorno Desafiador de Oposição e do Transtorno de Conduta, nas descrições nosológicas presentes em artigos científicos e no Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais – DSM-IV” (KIST e LARA JUNIOR, 2016, pg. 138). A partir da análise dos artigos verificou-se que os discursos psicológicos e psiquiátricos se tornaram produtores ideológicos porque determinam um lugar de doença/transgressão para o sujeito revoltado. Isso imputa nos sujeitos um determinado juízo moral que julga como inadequado o sujeito que supostamente destoa do bom movimento que a sociedade deveria ter.

Assim, algo interessante que é explicitado neste artigo consiste, também, na maneira como tais Lugares evidenciam qual é o ideal de ordem colocado ideologicamente para os sujeitos, sendo, neste caso, de sujeitos amistosos, dóceis e produtivos (KIST e LARA JUNIOR, 2016). Tais ideais tem relação aos ideais de ordem evidenciados no primeiro artigo discutido (LARA JR. e FRAGA, 2013), pois, toda a normatização ocorre de forma que o sistema, do jeito que está não se abale, de forma que a maioria siga produzindo sem manifestações singulares em prol do benefício de uma minoria.

Vale observar que, apesar das mudanças de nomenclaturas pelas quais essa estratégia teórico-metodológica para a Análise Lacaniana de Discurso passou até chegar a Lugar Prescritivo (LARA JUNIOR *et al*, 2017, p. 1), que tem como objetivo “refletir e propor o Lugar Prescritivo (LP) como uma categoria de análise discursiva que nos auxilia a nomear e compreender as diversas formas de opressão que se instalam nas relações sociais e que afetam diretamente a subjetividade dos sujeitos e os faz sofrer”

Esse artigo nos mostra que o LP, pode ser entendido como um script em que as posições estão previamente definidas pelo discurso hegemônico. Nesse ponto os autores

se baseiam na definição etimológica da palavra prescrever que remete a ideia de “prescrição médica, a receita dada para ser seguida sem questionar. O médico dá a receita supondo o bem-estar do sujeito” (LARA JUNIOR *et al* 2017, p. 10).

Em todas as formulações sobre o lugar prescritivo os autores apontam que há uma relação entre o LP e a hegemonia no que tange aos elementos articulados no campo da linguagem para que os sujeitos se constituam e assim construam um laço social no qual serão interpelados ideologicamente a partir de um lugar prescritivo de onde terão que responder, ou seja, um lugar em que as subjetividades se encontram aprisionadas em várias cadeias discursivas. “Em alguns casos a proposta de lugar pode significar também um lugar geográfico, como por exemplo, o lugar do pobre é na favela” (LARA JUNIOR *et al*, 2017, p. 11).

- **Lugar prescritivo e Hegemonia: articulações possíveis**

Na continuidade da discussão acerca do Lugar Prescritivo, abordamos o tema da Hegemonia em Laclau e Mouffe (1987) e seus comentadores, para estabelecer posteriormente algumas relações entre esses dois conceitos. Para nos ajudar nessa compreensão e relação utilizaremos um exemplo brasileiro, a saber, a eleição de Jair Messias Bolsonaro à presidência do Brasil em 2018.

Primeiramente, a hegemonia “é uma forma de relação política que tenta estabelecer uma ordem dita universal” (GOMES, 2017, p.138), através da criação, ordenação e sistematização de sentidos e identidades, aglutinando diferenças e formando uma unidade provisória (MENDONÇA, 2009, p.158).

“Uma articulação hegemônica tem lugar quando um elemento – particular – assume em certo momento a representação de uma totalidade que é completamente incomensurável sobre si mesma. Esse elemento – definido como significante vazio – assume tal representação porque acabou sobredeterminado à condensar a maior quantidade de cadeias associativas. Não temos então apenas certa fixação de sentido, senão também através da mediação de dita particularidade – que se apropria da representação universalizada – é que podemos ter acesso a certa noção de totalidade” (BIGLIERI; PERELLÓ, 2012, p.35)

Nesse caso, é importante dizer que para esses autores, a totalidade é um objeto impossível e necessário (BIGLIERI; PERELLÓ, 2012, p.37), cujo movimento de uma

prática articulatória do discurso busca sempre constituir-se plenamente, embora essa totalidade tenha uma falta constitutiva, uma impossibilidade imanente à tarefa de constituir-se plenamente enquanto totalidade articulada (MENDONÇA, 2009, p.159).

Uma hegemonia, nesse caso, é consequência da formação de uma identidade discursiva (precária e contingente), formando uma relação equivalencial que representa múltiplos elementos (MENDONÇA, 2009, p.159), engendrando o funcionamento de duas lógicas contraditórias: a lógica da equivalência e a lógica da diferença:

“As cadeias de equivalência se articulam não porque suas particularidades tenham um objetivo em comum, pois os elementos implicados se definem negativamente como diferenças. Seus interesses particulares podem ser dos mais diversos, porém suas reivindicações são equivalentes entre si em relação a um elemento excluído. Ou seja, a lógica da diferença – o jogo das diferenças – se interrompe pela lógica de equivalência, quando os elementos tornam-se equivalentes entre si em relação a um excluído” (BIGLIERI; PERELLÓ, 2012, p.39)

Há nessa relação de cadeias a constituição de um discurso relativamente unificado, que podemos chamar de hegemonia. Como nos mostra Gomes (2017, p.136), resulta numa prática articulatória que relaciona elementos e seus sentidos identitários, modificando-os por meio de tal articulação sob um ponto nodal, “um signo privilegiado em torno do qual outros seriam ordenados”, e que a totalidade estruturada resultante da prática articulatória seria o discurso.

Esse signo privilegiado, é notadamente o significante capaz de ordenar as cadeias:

“...na medida em que toda a identidade é relacional e que cada elemento é o que o outro não é, esse jogo incessante necessita certa fixação para poder ter um sentido. E é ali onde Laclau e Mouffe introduzem o conceito de point de capiton ou ponto nodal de Lacan, ao qual denominaram em sua própria terminologia como significante vazio”. (BIGLIERI; PERELLÓ, 2012, p.29).

Uma hegemonia, portanto, forma uma articulação no discurso, aglutinada em torno do significante vazio que une também as diferenças por ela articuladas, engendrando a união destas em torno de um objetivo, luta ou significação comum (MENDONÇA, 2009, p.163). A hegemonia tende a preencher (sempre de modo permanente porém ineficaz) a

ausência da plenitude, sendo a hegemonia “uma relação em que um conteúdo particular assume, num certo contexto, a função de encarnar uma plenitude ausente” (p.159).

Há uma segunda característica interessante a apontar aqui. Pois para a hegemonia se constituir enquanto precária e contingente unidade, precisa de elementos que funcionem como ponto de exclusão de significação, a partir do seu negativo. O conjunto dos elementos que cumprem esse papel, estão aglutinados naquilo que constitui-se como antagonismo para a hegemonia.

O antagonismo, nessa perspectiva, é o limite de toda objetividade, ao mesmo tempo que é condição para a construção hegemônica (BIGLIERI; PERELLÓ, 2012, p.41), construção que vai “contra algo que, de uma forma ou outra, impede, ou nega, a constituição de todos os elementos dessa cadeia de equivalências” (MENDONÇA, 2009, 163). Esse impedimento é operado pelos elementos antagônicos, ou como nos diz Mendonça (2009, p.161):

“o antagonismo, tomando em seu sentido mais estrito, resulta na própria impossibilidade da constituição objetiva e necessária de uma totalidade discursiva, em razão da presença de um discurso antagônico que impede essa constituição plena... um discurso tem bloqueado sua expansão de sentidos pela presença de seu corte antagônico”.

Nesse sentido, a articulação hegemônica vem a criar uma ordem onde essa ordem não existe. Articula uma série de elementos particulares ou diferenças supõe o caráter aberto e faltante do social, que só se constitui em um campo de práticas articuladoras de discurso (BIGLIERI; PERELLÓ, 2012, p.37), em referência a um núcleo articulado antagônico: “A constituição de uma certa hegemonia supõe a formação de cadeias de equivalências (que articulam identidades particulares) e produzem efeitos de fronteira, ou então, a criação de um nós e um eles” (BIGIERI; PERELLÓ, 2012, p.40).

Nesse caso, como olharíamos para essa situação das eleições presidenciais no Brasil e a vitória de Bolsonaro? Precisaremos analisar portanto a prática articulatória que o discurso em torno desse candidato se constituiu, visto que a articulação é o terreno sobre o qual se assenta a possibilidade de uma hegemonia (LACLAU e MOUFFE, 1987, p.156). Nesse sentido,

“...chamaremos articulação toda prática que estabelece uma tal relação entre elementos, que a identidade destes resulta modificada como resultado dessa prática. A totalidade estruturada resultante da prática articulatória chamaremos discurso. Chamaremos momentos as posições diferenciais, que no entanto aparecem articuladas no interior de um discurso. Chamaremos, pelo contrário, elemento toda diferença que não se articula discursivamente”(LACLAU e MOUFFE, 1987, p.176).

Percebe-se, portanto, que a distinção entre elementos e momentos visa, por um lado, manter certa autonomia de significação em torno dos elementos, que podem ser explicados separadamente; por outro, na formação de uma hegemonia os elementos tornam-se momentos em consequência da prática articulatória e suas características de suposta unidade.

A prática articulatória mobilizada na eleição deste candidato, que forma uma hegemonia autoritária, ao nosso ver, é mais facilmente reconhecível ao acrescentarmos à análise o conceito de Lugar Prescritivo, que nos permite pensar os elementos que se articularam em torno de um ponto nodal, seguindo a orientação dos autores que na formação da hegemonia é importante “especificar separadamente a identidade dos elementos articulados” (LACLAU e MOUFFE, 1987, p.156).

O então presidente Jair Bolsonaro, na construção de seu nome como candidato antes de 2018, conseguiu reunir em torno de sua personalidade e sua representação uma série de elementos, fortalecidos pelos Lugares Prescritivos, os elementos dessa prática articulatória autoritária. Seu nome funcionou como significante vazio. Mas quais elementos ele articulou?

Proporemos, nesse sentido, 3 elementos que identificamos como munidos de significações contraditórias, sobre as quais a função do Lugar Prescritivo de estabelecer significação fixa e a priori adquiriram seu sentido hegemônico, fortalecendo relações de antagonismo que fizeram referência para consolidação deste discurso.

O primeiro elemento é o da anti-intelectualidade, sob o LP “marxistas culturais”. É notável que há implícito nesse elemento, influenciado pelo teórico Olavo de Carvalho, uma simplória definição de uma guerra intelectual, onde os marxistas culturais estariam o todo tempo e em todo lugar (escolas, universidades, mídias, etc...) manipulando o discurso a serviço de seus interesses.

Os projetos encampados até aqui, como a diminuição de verbas das universidades e a desvalorização das Ciências Humanas, ou o projeto Escola Sem Partido, são claramente o reflexo disso. Entendemos que esse lugar prescritivo tocou pontos de identificação legítimos, como a distância que há entre as universidades e a população brasileira, que em parte se sente excluída de suas estruturas de ensino e na dificuldade de acompanhar debates excessivamente acadêmicos. O lugar prescritivo, nesse sentido, tampona o mal estar e o desamparo dessa exclusão, e dá um lugar antagônico para seus inimigos (professores, intelectuais, jornalistas).

O segundo elemento aglutina-se sobre o Lugar Prescritivo dos “politicamente corretos”, logo “as feministas”, “o movimento negro”. Chamamos a atenção que esse termo engloba toda uma série de interferências nos debates públicos acerca das questões de gênero e nas questões raciais. Essa questão interpela negativamente sujeitos excessivamente identificados com significações fechadas e pré-estabelecidas de homem, homem branco, por exemplo.

O surgimento de um inimigo concretiza um agente de sua castração, e um motivo para uma posição defensiva e de manutenção de ordens e hierarquias sociais fixadas, esses lugares onde os sujeitos estão identificados previamente e cuja interpelação para outras significações é sentida como angústia, desprazer.

O terceiro elemento a acrescentar é do anti-petismo, cujo LP é dos “comunistas”. A curiosidade desse elemento é que ele aglutinou em si uma cadeia complexa de significações que associam uma complexa tradição do pensamento de esquerda unicamente ao Partido dos Trabalhadores, sendo este efetivamente a encarnação e representação dos ideais de esquerda.

Esse jogo discursivo em torno do comunismo trouxe a tona uma mentalidade muito próxima da Guerra Fria, onde havia um conflito binário de tendências das quais era inevitável escapar. O problema é que toda complexidade dessa discussão política foi reduzida a dois polos claramente distintos entre “nós” e “eles”.

Em termos críticos faz-se importante elucidar e descrever como o discurso capitalista opera no laço social, para tanto uma das formas encontradas para isso foi descrever como consiste o estabelecimentos de Lugares Prescritivos (LP). A consideração desse LP nos permite nomear e determinar os lugares previamente definidos para as subjetividades por meio dos sistemas de poder da sociedade capitalista contemporânea. Podemos

considerar que esse processo de opressão da vida humana, nesse tipo de sociedade, ocorre de maneira naturalizada e assim omite seu caráter opressor, causador de sofrimento para esses sujeitos prescritos no laço social (LARA JUNIOR *et al*, 2017).

Supomos nesse ponto que a não nomeação do LPs corroboram para o controle discursivo dos trabalhadores e das minorias sociais e assim não se consegue estabelecer um reconhecimento do caráter opressivo de algumas relações sociais e se estabelece aí um processo de subordinação (LACLAU e MOUFFE, 1987), no qual as relações são vistas como funcionais, assim, por exemplo, numa empresa capitalista em que a hierarquia desigual e a extração de mais-valia pelo patrão é tomada pelos empregados como necessária para o funcionamento da empresa. Nesse sentido, no LP as relações de subordinação não são reconhecidas como opressivas, pois para tal faz-se necessário a relação com uma exterioridade, com uma corrente de equivalências historicamente construída que permita o reconhecimento de que, nas relações de subordinação, há um impedimento (LARA JUNIOR e PRADO, 2003).

Assim a subordinação está intrínseco ao LP, porque justamente não são relações que se antagonizam a partir de uma corrente de equivalências, pelo contrário, são relações que estão baseadas na lógica da imutabilidade diferencial. Baseados em Laclau & Mouffe, Lara Junior e Prado (2003) dizem que na subordinação as identidades sociais são marcadas pela exclusão e pela opressão e assim não há a consciência de que a inferiorização seja algo correspondente a posições historicamente construídas.

Nesse sentido, Laclau e Mouffe (1987), apesar de denunciarem tal formação hegemônica de unidades, também tratam de algo da diferença, da singularidade que é agrupado sob determinados signos sociais. Por tal, vale citar outro aspecto da teoria lacaniana que muito pode favorecer a discussão em questão, vista a impossibilidade de qualquer processo relacional/social sem restos. Nesse sentido, podemos pensar em uma discussão sobre Lugares Prescritivos e hegemonia, levando em conta, também, algo da ética psicanalítica (1959-60), que sempre privilegia a escuta e a aparição de singularidades, em detrimento das quebras que estas podem apontar em discursos muito bem amarrados enquanto discurso social. Ou seja, a teoria psicanalítica, assim como a aponta Laclau e Mouffe (1987) sobre o funcionamento hegemônico, se preocupa com a promoção do aparecimento de diferenças e formas menos gerais de organização de laço, sem o fornecimento rigoroso de papéis sociais dados a priori, para que o sujeito se adapte (ou não), visando o “bem geral da sociedade”.

Assim, a estrutura criada pela “hegemonia Bolsonaro” é bastante precária, na medida que o “nós” é marcado por identidades liquefeitas, resultadas da insatisfação da constituição de identidades antagônicas, como no caso do feminismo ameaçando o significante dominante “homens”. Conforme apontado por Lacan (1959-60) em sua discussão de Antígona, tal ensejo de ameaça à lei difundida socialmente como imutável e natural promove, muitas vezes, a ausência de senso crítico. Isso ocorre dada a aparição de algo potencialmente desestruturante, causando, novamente, na população geral a sensação de medo da castração. Isso se ilustra quando Lacan demonstra o distanciamento intenso do coro, da população da cidade, quando algo do desejo particular se fez presente frente à lei social em questão, demonstrando sua insustentabilidade.

Dessa forma, algo nesse sentido pode ser verificado no que chamamos de “Hegemonia Bolsonaro”, visto que seu nome promove um agrupamento fortalecedor de leis tácitas vigentes, aumentando, assim, o clima de ameaça social e, por consequência, o fortalecimento e maior aparição de discursos marcadores de diferenças como algo a ser combatido. O que pode ser aproximado de Laclau e Mouffe (1987), visto que estes se debruçam sobre a lógica das formações discursivas, que não tratam de uma coerência lógica dos elementos ou um sujeito transcendental a priori (p.177), tampouco um plano prévio de constituição da formação discursiva (não deve haver uma essência universal por trás de um discurso e da luta política) (p.186).

Nesse sentido, discursivamente, podemos tratar a eleição de Jair Bolsonaro como a condensação de todos esses elementos, juntamente com a legitimação de agressividades dirigidas a determinadas “unidades” grupais antagonicas, amarradas sob seu nome; o presidente opera como um significante-vazio, ou seja, um significante sem significado (MENDONÇA, 2009, p.163). Parece-nos que essa é uma espécie de redundância, cujo objetivo de separar significante do significado é exclusivamente didático para a apreensão do conceito. O certo é que, desde a linguística, há um corte entre ambos, e nada melhor para representar um significante do que o nome próprio, como é o caso de Bolsonaro. Pois, parece-nos, que o poder de articulação e ordenação desse significante é mobilizado pela performance autêntica desse ícone, chamado de “Mito”, que contraria imaginariamente todas as identidades antagônicas que impedem um “nós” de se constituir plenamente. Bolsonaro encarna a figura mítica por trás do Eu Ideal.

Aqui, a importância do Lugar prescritivo é dupla: primeiramente, contribuir na nomeação de um antagonismo, por seu caráter ligado a subordinação e o seu

reconhecimento permite que se reconheça uma relação de opressão, cuja ênfase está no “eles”. Já nas relações de opressão, ao contrário das relações de subordinação, pode-se dizer que há uma antagonização entre os agentes “nós x eles”, portanto, para Laclau e Mouffe (1987), as relações de opressão são aquelas relações de subordinação que se transformaram em lugares privilegiados de antagonismos, porque se reconhece aí o estabelecimento de uma relação desmedida.

O segundo ponto importante do Lugar Prescritivo é que ele contribui para uma fixação de sentidos a priori, característica das hegemonias de prática autoritária (LACLAU; MOUFFE, p.101), e essa é a função da ideologia na formação da hegemonia. Ou seja, ela toma um particular como universal. A partir disso, em termos lacanianos, há um saber inconsciente que opera também no discurso. Em suas palavras, “o que descobrimos na experiência de qualquer psicanálise é justamente da ordem do saber, e não do conhecimento e da representação” (LACAN, 1969-70, p. 30). A partir dessa afirmação de Lacan, é possível uma aproximação com as críticas supracitadas, visto que, para ele, algo escapa ao que pode ser representado. Assim, em sua teoria, não há uma totalidade de saber: “(...) a ideia imaginária do todo como tal é dada pelo corpo – como baseada na forma de satisfação, naquilo que, indo aos extremos, faz espera – foi sempre utilizada na política, pelo partido de pregação política”. Nesse sentido, levando em conta a importância das palavras na teoria lacaniana, seria possível uma articulação do que ele está se referindo como corpo ao que autores propriamente da análise discursiva chamam de afeto?

Creemos que, não é a toa que o exemplo dado por Lacan se refira ao âmbito político. Em seu seminário sobre o Aveso da Psicanálise (1969-70), no qual ele formaliza sua teoria acerca dos discursos, o autor coloca a questão a respeito de um discurso sem palavras, remetendo a certas posições de onde os discursos operam. Nesse sentido, pode-se pensar outra possível contribuição da teoria lacaniana no que diz respeito à discussão acerca do discurso hegemônico, dado que a formulação de tal teoria de Lacan parte de impossibilidades (que podem ser entendidas como da ordem do Real) e, então, sempre geram um resto em operações discursivas, que mantém os discursos em movimento.

Dito isso, vale citar duas organizações discursivas exploradas pelo autor, chamadas de Discurso do Mestre e Discurso Histórico. Tais posições discursivas enquanto par, brevemente, são constituídas por um Mestre, (imaginariamente) detentor

de um saber a respeito de como as coisas devem funcionar – que pode ser entendido como uma ideia social, por exemplo – e por um sujeito histórico (que não necessariamente deve ser entendido como uma pessoa), que busca e motiva tal movimento de produção de saber, com a pretensão de que se atinja algo total sobre si. Lembremos que tal operação ocorre de forma incompleta e que, apesar dos discursos lacanianos produzirem subjetividades, estas se formam de formas imprecisas. Saberes enunciados tomam forma de lei e, então, se fortalecem na tentativa de que não deixem aparecer o que não se representa, a impossibilidade, o Real e, por que não, o afeto por trás do que é dito.

Assim, se pensarmos na tradição de Tocqueville, na definição de Dubet (2001, p.6) oriunda do triunfo obstinado da igualdade, ou seja, da pressuposição do princípio da “igualdade dos indivíduos a despeito e para além das desigualdades sociais reais”, vemos que há um problema, explicado pela teoria de Laclau e Mouffe (1987) no âmbito discursivo: não existe universalidade (uma totalidade discursiva) que não seja construída por um discurso articulado, pois Laclau propõe uma busca de universalidade alcançada através da equivalência, e não de uma essência subjacente ou um princípio condicionado a priori (LACLAU, 1996, p.100). Ou seja, podemos verificar, então, algo de complexo na operação social, que, apesar da impossibilidade de um saber total e universal, verificamos nas teorias em questão a eleição de figuras que serviriam como representantes da forma boa como as coisas deveriam funcionar associada a um rebaixamento de senso crítico quanto à possibilidade de aparição de singularidades, o que é inerente ao processo discursivo. Por mais opressora que seja a lógica discursiva de determinada cultura, a aparição de diferenças (e excessos) se faz inevitável.

É por isso que Pinto (1999, p.94) aponta que em Marx, o sujeito revolucionário proletário não é um universal a priori, e sim um particular. Porque antes, o sujeito precisa resistir à exploração, e fazer dessa resistência uma nomeação na luta anticapitalista por meio da organização.

Não há como colocar em qualquer sujeito trabalhador uma essência revolucionária e anticapitalista, pela sua condição material. O problema está em justamente entender que o Lugar Prescritivo cria um particular como se fosse um universal, eliminando as contradições internas e diferenças que constituem a dinâmica interna dos discursos da esquerda, dos embates do feminismo, por exemplo. Concluindo, levar em conta ambos, representação e discurso, no sentido de elucidar esse movimento, para nós, pode ser

algo muito interessante no sentido da emancipação, pois, dado que todo o movimento se estrutura por meio do discurso, é justamente por meio dele que algo pode ser feito.

- **Referencial Bibliográfico**

DUBET, François. As desigualdades multiplicadas. *Revista Brasileira de Educação*, n.17, mai/jun/jul/ago., 2001.

FREUD, Sigmund. *O Mal estar na civilização*. São Paulo: Penguin Classics, Companhia das Letras: 1930/2011.

FREUD, Sigmund. O futuro de uma ilusão. In: *Inibição, sintoma e angústia, o futuro de uma ilusão e outros textos (1926-1929) – obras completas – vol. 17*. São Paulo: Cia das Letras. 1927.

GLYNOS, Jason e STAVRAKAKIS, Yannis. Lacan And Political Subjectivity: Fantasy And Enjoyment In Psychoanalysis And Political Theory. *Subjectivity. International Journal of Critical Psychology*. (24), 256-274, 2008.

GOMES, Aureo de Toledo. Construção da paz e virada local: uma proposta de leitura laclauiana. In: MENDONÇA *et al* 2017 (org). *Ernesto Laclau e seu legado transdisciplinar*. São Paulo: Intermeios, 2017.

KIST, André Urban; LARA JUNIOR, Nadir. O lugar discursivo ideológico do sujeito revoltado na psicologia e psiquiatria. *Psicologia em Estudo*. Maringá, v. 21, n. 1, p.137-148, jan/mar 2016.

LACAN, Jacques. *Os Complexos familiares*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1998.

LACAN, Jacques. *O Seminário, livro 7: a ética da psicanálise*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1959-60/2008.

LACAN, Jacques. *O Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1964/2008.

LACAN, Jacques. *O Seminário, livro 17: o avesso da psicanálise*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1969-70/1992.

LACLAU, Ernesto. *Emancipación y diferencia*. Argentina: Compañía Editora Espasa Calpe Argentina S.A. / Ariel, 1996.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemonía y estrategia socialista*. Hacia una radicalización de la democracia. Madrid: Siglo XXI, 1987.

LARA JUNIOR, Nadir; FRAGA, Ana Clara. A revista Veja e a construção do lugar ideológico para o MST na sociedade brasileira. *Revista FSA*, n. 4. Teresina, 2013.

LARA JUNIOR, Nadir, JARDIM, Luciane Pinheiro. Aporte psicoanalítico para el análisis de os lugares discursivos e ideológicos. *Teoría y crítica de la psicología*, n. 4, 2014.

LARA JUNIOR, Nadir, *et al.* A Contribution on the 'prescriptive place' to lacanian discourse analysis. *Annual Review of Critical Psychology*, 2017.

MENDONÇA, Daniel de. Como "olhar" o político a partir da teoria do discurso. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.1. Brasília, 2009.

MOUFFE, Chantal. *El retorno del político comunidad, ciudadanía, pluralismo, democracia radical*. Barcelona: Paidós, 1999.

PINTO, Céli Regina Jardim. Democracia como significante vazio: a propósito das teses de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. *Revista Sociologias*, n.2, 1999.

SAFATLE, Vladimir. *O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

STAVRAKAKIS, Yannis. Hegemony or post-hegemony? Discourse, representation and the revenge(s) of the real.

ZIZEK, Slavoj. *Como ler Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2010.